

Página Inicial

Especial - Acordo Ortográfico

Agenda de Eventos

Artigos e Ensaios

Blog

Livros

Polêmica nas Letras

Reflexões sobre o ensino de língua(s)

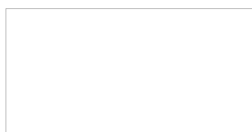
Resenhas

Textos literários

Edições Anteriores



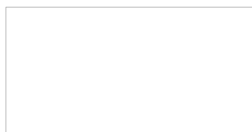
Veja também



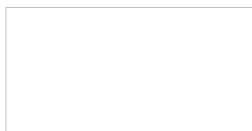
Biblioteca Digital Mundial



Ceditec



Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



Dicionário de Termos Lingüísticos

ANÁLISE DO DISCURSO E LITERATURA: PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS E INSTITUCIONAIS[§]

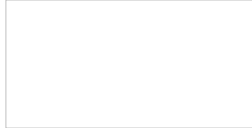
Por Dominique Maingueneau (Université Paris-Est - Créteil – Céditec)

Desde os anos 1990, o desenvolvimento “de uma análise do discurso literário”, que se assumiu como tal, não se deu sem suscitar dificuldades epistemológicas e institucionais. De um lado, é preciso se interrogar sobre quais de seus pressupostos, conceitos e métodos alteram a nossa apreensão da literatura; de minha parte, esforcei-

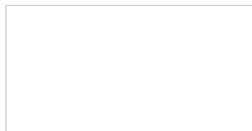
-me em tentar demonstrar tais questionamentos em diferentes trabalhos^[1]. Por outro lado, é necessário também interrogar-se em que medida a emergência de uma análise do discurso literário traz repercussões sobre a própria teoria da análise do discurso.

A pergunta que se refere à natureza das relações entre análise do discurso e literatura põe-se com acuidade específica, dado que a maior parte dos especialistas de literatura julga, ao mesmo tempo, ilegítimo e ineficiente utilizar o recurso de problemáticas da análise do discurso no seu domínio de estudo. Isso se deve, sem dúvida, em parte às pressuposições herdadas da estética romântica, que opunha literatura ao resto das outras produções discursivas de uma sociedade. Haveria, por um lado, os enunciados “transitivos”, que teriam finalidade fora deles mesmos e, por outro lado, as obras verdadeiras, “intransitivas”, “autotéticas”, as da literatura, que teriam suas finalidades em si mesmas. Nos anos 1960, período em que a análise do discurso se constitui, esta mesma oposição foi radicalizada por alguns autores no movimento do grupo Tel Quel, Roland Barthes em especial, que opôs “escritores” e “escrituras”, desenvolvendo uma concepção do Texto em maiúsculo, que estaria para além de qualquer economia usual da linguagem, algo revolucionário. É claro que o princípio de uma análise do discurso literário só poderia ir ao encontro de tal premissa. Para os detratores da análise do discurso, ela não teria precisamente por ambição reduzir ao ordinário da comunicação o que ultrapassa todas as instâncias ordinárias e toda a comunicação?

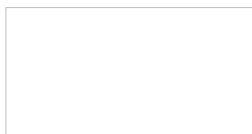
Pôde-se dar conta disso no debate consagrado às relações entre estilística e análise do discurso que foi organizado no âmbito do colóquio de Cerisy^[2], em 2002, sobre “A análise do discurso nos estudos literários”. Percebeu-se claramente a preocupação em deixar a análise do discurso para o estudo de uma sublitteratura: “Não é possível tratar do discurso literário transpondo completa e simplesmente os conceitos elaborados por outros discursos sociais: é preciso haver uma poética para tal^[3]”. O autor dessa afirmação, D. Delas, propunha-se a criticar ao mesmo tempo a análise do discurso e a estilística do autor, mantendo, entretanto, a oposição fundamental entre textos medíocres (os “discursos sociais” ecoam o famoso *Palavras da tribo*, de Mallarmé) e obras plenamente literárias, grandiosas. Na mesma direção de Delas, as palavras de A. Herschberg Pierrot propunham que “o discurso está em oposição às obras literárias. A obra não é um discurso entre outros, mas sim um acontecimento de escrita e de leitura e uma configuração estética [...] Nessa perspectiva, a análise do discurso e a análise do estilo não têm os mesmos desafios nem se debruçam sobre os mesmos objetos^[4]”. Isto confirma claramente que há certa distribuição de tarefas no mundo acadêmico: a distinção entre as faculdades de letras, que dariam suporte aos estudos das obras, e de ciências humanas e sociais, naturalmente dedicadas ao estudo



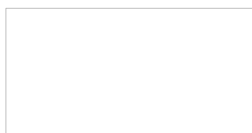
Domínio Público



GEScom



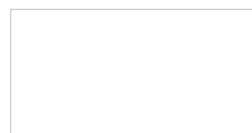
GETerm



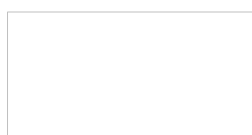
iLteC



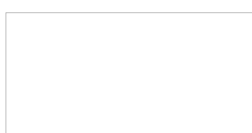
Institut Ferdinand de Saussure



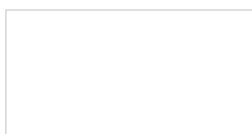
Portal de Periódicos Capes



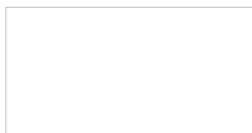
Portal de Revistas Científicas Persee



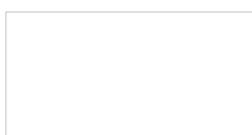
Revue Texto!



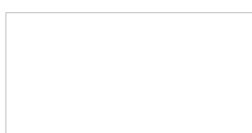
Texto livre



TRIANGLE



UEHPOSOL



Universia

dos textos de segundo plano.

As precauções dos estudiosos da literatura juntam-se aqui às dos analistas do discurso em relação à literatura. O desinteresse dos analistas não se deve somente ao fato de que os pesquisadores da análise do discurso procederam geralmente das ciências humanas e sociais. No momento em que a análise do discurso apareceu, nos anos 1960, em matéria de estudo de textos, existia uma espécie de repartição tácita do trabalho: de um lado, as faculdades de letras analisavam os textos de grande prestígio, dedicando atenção especial “ao estilo” e, por conseguinte, aos recursos linguísticos mobilizados pelo escritor; de outro lado, os departamentos de ciências humanas ou sociais que dedicavam seus empreendimentos de pesquisa a textos de pouco prestígio, “documentos”, considerados como não susceptíveis a abordagens estilísticas, visto que davam acesso apenas a realidades extralinguísticas. A análise do discurso, pondo “uma ordem do discurso” que excede a imemorable oposição entre “as palavras e as coisas”, para retomar as expressões de M. Foucault, converteu o olhar sobre estes documentos. Estes, a partir de então, beneficiaram-se de atenção comparável àquela consagrada aos textos estudados nas faculdades de letras, mas sob um quadro teórico e metodológico muito diferente. Durante mais de duas décadas essa situação perdurou tanto para o bem quanto para o mal: a análise do discurso evitou com cuidado os textos prestigiosos, enquanto a estilística literária integrou certos instrumentos emprestados de teorias da enunciação e das pragmáticas, mas sem, no entanto, pôr em xeque os seus gestos essenciais e as divisões institucionais que lhe implicavam.

O fato de ter se constituído no interior da análise do discurso um ramo dedicado especificamente ao discurso literário deu mais consistência a um postulado implícito da própria análise do discurso, qual seja, o de que o discurso é um todo: do tratado metafísico aos grafites, passando pelas conversações, pelos folhetos publicitários ou pelos debates televisivos, ou seja, qualquer enunciação socialmente circunscrita pode *a priori* ser abordada por meio do mesmo conjunto de conceitos. Este é um fenômeno sem precedentes na história da humanidade, posto que até então somente alguns tipos de textos eram julgados dignos de interesse e para cada conjunto de textos correspondiam técnicas específicas de comentário. Com efeito, tal postulado é comum ao conjunto das ciências humanas e sociais, pois estas ciências ignoram os territórios reservados. Há uma psicologia da criação estética tanto quanto há uma psicologia da criança; uma sociologia da literatura tanto quanto há uma sociologia da empresa ou do alcoolismo. Esse postulado da unidade do discurso tem, no entanto, validade apenas se for associado a outro, o da diversidade irreduzível dos modos de existência desse discurso. Dizer que o discurso é um, é também dizer que é preciso dar conta de sua diversidade; é ser capaz de dizer quando um tratado de metafísica não é uma conversação.

É necessário efetivamente reconhecer que nem a análise do discurso nem os estudos literários tiram todas as consequências deste duplo postulado. Porque não há nada de inocente nisso. No plano institucional, em especial, o desenvolvimento de uma análise do discurso literário tem consequências não negligenciáveis, uma vez que dilui a fronteira entre os departamentos de letras e os de ciências sociais e humanas. O que também não seria surpreendente se pensarmos, por exemplo, que o estudo da literatura não se constitui verdadeiramente em uma disciplina. Aqui, ainda se faz necessário entender um pouco mais sobre o que significa “disciplina”.

Ainda que nem sempre seja fácil fazer a divisão, é preciso distinguir disciplinas no sentido institucional, reconhecidas pelas práticas administrativas, e disciplinas heurísticas, aquelas que estruturam a investigação, permitindo aos atores dos campos científicos organizarem suas atividades. Os dois tipos têm legitimidade em sua própria ordem. Para dar um exemplo que acho particularmente interessante, a análise do discurso pode ser considerada um exemplo de disciplina de pesquisa – pelo menos por enquanto – com pouca existência institucional. É uma disciplina quando se trata de escrever teses e artigos ou de participar dos colóquios. Porém, quando se trata de definir uma filiação propriamente institucional, os analistas de discurso se encontram dispersos no conjunto das ciências humanas e sociais, com situações extremamente variáveis de um país a outro.

Estas duas concepções de disciplina, a institucional e a heurística, divergem apenas parcialmente. Uma disciplina institucional estaria ameaçada ao se desligar completamente de qualquer legitimidade pela investigação; reciprocamente, uma disciplina de investigação é incitada a procurar uma ancoragem institucional para assegurar sua própria sobrevivência.

Mas, nesse domínio, as generalizações são difíceis, pois fatores de ordem diversa são levados em conta em cada caso.

É o caráter fundamentalmente cooperativo da investigação que funda a existência de disciplinas de investigação, que são realidades ao mesmo tempo cognitivas e institucionais. Elas implicam a existência de comunidades de pesquisadores que constroem espaços comuns de discussão sobre problemas compartilhados, validam e arquivam os resultados das pesquisas, trocam informações, participam de maneira privilegiada nos mesmos grupos, figuram nas mesmas redes de referências bibliográficas etc.

Mas existem também modos de associação de pesquisadores muito menos fechados. É o caso, por exemplo, de pessoas pertencentes a disciplinas muito diversas e que se interessam por um mesmo domínio empírico, por um mesmo “território”: a alimentação, os acidentes do trabalho, a Internet, a imprensa escrita etc. Esses territórios estão ligados de maneira mais ou menos direta a uma demanda social. Isto não é de forma alguma um fenômeno marginal, sobretudo numa conjuntura na qual a pluri, a trans ou a interdisciplinaridade são recomendadas em larga escala pelas políticas de pesquisa.

Chegamos, assim, a uma dupla distinção, isto é, a que existe entre disciplinas institucionais e disciplinas de investigação – e no interior destas últimas – a distinção entre grupos fundados sobre interesse epistemológico compartilhado e associações circunscritas ao redor de um mesmo território. Qual será, então, a dos estudos da literatura?

Pode-se notar que somos obrigados a usar a expressão (“o estudo da literatura”), mesmo que este não seja um rótulo disciplinar reconhecido. De fato, se existe um termo para designar os que se dedicam ao estudo da literatura “os literários^[5]”, não existe um termo para designar o domínio de investigação correspondente. O termo “crítica literária”, em voga nos anos 1960, é mais objetivo; “teoria literária” aparece demasiadamente restrito; “ciência da literatura” repele muitos estudiosos da literatura (sabe-se que em francês “ciência” não é tão flexível quanto *Wissenschaft* – ciência – em alemão). Assim, fala-se geralmente “de literatura” tanto para o objeto quanto para a disciplina. A situação é comparável ao que acontece em filosofia, em que um único termo (“filosofia”) designa, ao mesmo tempo, a disciplina e seu “objeto”.

Aparentemente, o problema que se apresenta é simples: “literatura” (para dar maior clareza aos nossos propósitos, colocarei aspas quando quiser identificar a disciplina), considerada como disciplina de pesquisa, é definida por um interesse epistemológico específico ou apenas por um grupo de pesquisadores de várias disciplinas trabalhando no mesmo território? Esta questão, talvez porque possa parecer muito trivial, raramente é levantada como tal. Mas, por mais trivial que seja, não pode ser evitada. Pode-se perfeitamente sustentar que essa disciplina tira sua necessidade de diversos fatores que não estão inscritos no plano epistemológico. Certamente, na década de 1960, trazida dos formalistas russos e da poética de Aristóteles, surgiu a reivindicação para dar substância ao estudo de uma literatura teoricamente forte. Contudo, a profundidade dessas questões foi fortemente atenuada com refluxo do estruturalismo.

No plano institucional, em contrapartida, a existência de tal disciplina parece não criar nenhuma dúvida. A sua consistência, com efeito, não se deve tanto à investigação acadêmica: na sociedade, existe uma atividade literária multiforme e uma matéria de ensino que lhe é correspondente, abrangendo todas as etapas do percurso escolar. Mas, com base em um olhar mais próximo, as coisas parecem menos favoráveis; certamente, a literatura é ensinada a todos os níveis, mas dentro do quadro mais vasto “do francês”. A parte deixada à literatura é, por conseguinte, variável; incessantemente, é o desafio de conflitos que reaparece sobre o conteúdo que convém dar a cada etapa do percurso em uma disciplina escolar como “o francês”, que associa história cultural, gramática, técnicas de expressões escrita e oral, interpretação de textos dos grandes escritores, mas também de textos não literários, estudos de filmes etc. Quanto à atividade literária, suas relações com as práticas da investigação acadêmica são muito menos imediatas do que poderia parecer. A imensa maioria do que se produz e do que se lê na sociedade aumenta, com efeito, com o que a universidade considera como sublitteratura, ou paralitteratura, o que está muito afastado dos *corpora* que lhe interessam. Além disso, as fronteiras “do literário” são muito fluidas, como mostra o conteúdo das programações ditas “literárias” na televisão ou dos suplementos “literários” dos jornais. Estes fatores combinados fazem com que a disciplina chamada “literatura” tenha uma base extremamente potente fora do mundo da investigação, mas muito

incerta também.

No mundo universitário, “a literatura” esforça-se para não se afastar de uma legitimidade heurística, adaptando-se a um sutil compromisso entre uma lógica “do território” – cuja consistência epistemológica é fraca, mas que não hesita em emprestar maciçamente a outros domínios das ciências humanas e sociais – e uma lógica que se poderia dizer “hermenêutica”, que legitima o literário pela sua capacidade de entrar em contato com textos consagrados sobre a inclinação do comum da vida social.

Nesta situação de compromissos, vê-se multiplicarem-se modos de enunciação complicados, posto que o literário não pode satisfazer-se em comentar as obras apoiando-se sobre rotinas interpretativas e sobre seu próprio carisma. Esforça-se também para mostrar que pertence de pleno direito ao mundo científico, conferindo à sua palavra alguns atributos desses conhecimentos que desqualifica como hermeneuta de um *Thesaurus*. Deve simular sem simulação a abordagem de saberes que, no mesmo movimento, rejeita a plena legitimidade. Sua abordagem se faz ao gosto das conjunturas narratológica, linguística, semiótica, sociológica, psicanalítica, pragmática, enunciativa, cognitiva..., mas sem submeter-se realmente às coerções destas abordagens. O emprego de um termo como “leitura” é a esse respeito revelador: um estudioso da literatura não efetua investigações que seriam da competência da sociologia da literatura, mas faria “uma leitura sociológica” das obras. Tal formulação apresenta a vantagem de invocar com cuidado a sociologia, preservando, ao mesmo tempo, o excesso que legitima a relação hermenêutica; falando “de leitura”, deixa-se entender que é apenas uma entre outras, que a obra é de todo modo inesgotável em seus sentidos. Esta ambiguidade encontra-se alhures na filosofia universitária, que se dedica a pacientes trabalhos da história da filosofia, mas sublinhando sempre que o essencial é “o contato vivo com a interrogação filosófica”, a confrontação com os textos dos grandes pensadores.

Aqui, é-se tentado a falar “de um duplo da linguagem literária”, mas explicando que esta duplicação da linguagem não é um discurso enganoso ou sem sinceridade: é o produto de um lugar bem específico, a universidade. Com efeito, para o público leigo da literatura, as obras não são o ofício de disciplinas e de pesquisadores; quanto aos que assumem seu pleno pertencimento às ciências humanas e sociais, não há nenhuma necessidade de desqualificar seu trabalho em proveito de uma relação privilegiada com uma Obra. Somente alguém que pretende beneficiar-se desta dupla legitimidade do aprendido e do hermeneuta é compelido a manter na crista este discurso, correndo o risco de, a todo momento, balançar num comentário de pura inspiração, afastado em relação às normas de qualquer disciplina ou, pelo contrário, de ser acusado de reducionismo, por inscrever-se plenamente no espaço das ciências humanas e sociais.

Compreende-se que a análise do discurso seja mal compreendida pelo discurso literário tradicional, dado que ela não entra neste sutil compromisso entre legitimidade universitária e legitimidade hermenêutica. Sobre este ponto, ela revela-se também, com efeito, muito mais como ameaça às abordagens da literatura procedentes da psicologia ou da sociologia, na medida em que a análise do discurso se constrói sobre a rejeição do mesmo tópico que opõe um interior a um exterior ao texto, um texto a um contexto: o que evidenciam, incontestavelmente, noções tais como as de gêneros de discursos, posicionamentos, *éthos*, paratopia etc.

Diante desta ameaça e para preservar a autonomia de seu espaço e de sua autoridade, os literários atualmente recorrem facilmente a duas estratégias que poderíamos metaforicamente designar como fuga para cima, ou para a filosofia, e fuga para baixo, ou para a erudição.

O retorno em estado de graça da erudição, às vezes posto sob os auspícios “da filologia”, não tem nada de surpreendente. Ela apresenta a vantagem de produzir conhecimentos fora de todo quadro teórico. Pode-se elaborar programas de pesquisa sistemáticos, sobretudo com o apoio da informática, sem se comprometer com opções teóricas fortes. Fazer-se sociólogo da literatura ou linguista da textualidade é expor-se ao risco “do reducionismo”; tal empreendimento seria satisfatório apenas para pôr novos elementos à disposição dos hermeneutas. Nessa abordagem, prolonga-se o equívoco do qual testemunha o desenvolvimento no fim do século XIX “de uma história literária”, *locus incertus* que não era nem uma verdadeira hermenêutica nem uma abordagem submetida às normas das ciências humanas e sociais. A associação entre história literária e as práticas de

interpretação permitia ancorar obras a um contexto, sem, no entanto, contestar a superioridade da relação pessoal com as obras.

Nesse sentido, o recurso à filosofia apresenta a vantagem de furta-se a certas interrogações de fundo; o estudioso da literatura radicaliza, então, a dimensão hermenêutica de sua abordagem apoiando-se sobre “um exterior”, a filosofia, que precisamente não substitui as ciências humanas e sociais e que tem a mesma pretensão de lhes dominar. O literário não procura efetuar uma verdadeira reflexão filosófica, mas espera apenas do filósofo um modo de acesso às obras que lhe permita permanecer no seu território, qual seja, “ler” as obras sem submeter-se às determinações de disciplinas julgadas “reducionistas”, isto é, mobilizar, com total liberdade, concepções de ordem filosófica, porém sem subordinar-se aos constrangimentos desta disciplina. Mas esta operação não pode apoiar-se sobre qualquer corrente filosófica: os literários privilegiam pensamentos como os de Derrida ou de Ricoeur, que apresentam o interesse em tematizar o excesso constitutivo dos textos literários.

A esse respeito, é instrutivo comparar esta posição ambígua “da literatura” no mundo acadêmico à posição dos estudos que se detêm sobre o discurso religioso. A teologia distingue-se da história das religiões ou da antropologia religiosa por um ponto essencial: a teologia é um ofício de quem crê e dirige-se a quem crê. O que, por outro lado, não é o caso da ciência das religiões ou da antropologia religiosa que reclamam claramente as ciências humanas e sociais. Em teologia, assim como em literatura, não se colocaria em questão comentar qualquer texto, mas apenas as obras julgadas verdadeiras, o *Thesaurus* que constitui a comunidade dos hermenutas. A exemplo daquilo se passa nos departamentos de literatura, o ensino empreendido em teologia não se reduz a um comentário pessoal dos textos autorizados; teólogos podem também interessar-se por pesquisas arqueológicas e filológicas. Porém, recorrer a estes outros conhecimentos é se inscrever dentro de um dispositivo que lhes atribui papel subalterno. A verdade propriamente religiosa é de outra ordem, e as ciências humanas e sociais devem se limitar a “esclarecer” os textos, e nada mais. Em teologia, em razão dos mais variados comprometimentos, foram elaboradas adaptações entre o estudo “dos contextos”, deixado às ciências “auxiliares”, e a relação viva do texto, fundamentado na abordagem hermenêutica. Eis um exemplo recente, sob a pena de F. Jacques, que põe em termos “de contraposição” as relações entre as duas abordagens:

É em função interrogativa que se ordenam as dimensões do significado textual: referência, comunicabilidade, sistema simbólico. Ela reconcilia os critérios tradicionais de coerência e de relacionamento com o mundo. A referência textual é determinada se um jogo interrogativo bem formado guia a relação com o real. Esta passagem do sentido é a passagem mesmo do Espírito. Ela faz contraposição às tendências centrífugas da crítica histórica e da hermenêutica profana que estendem a historicidade de simples um objeto cultural. (F. JACQUES, 2002, p. 143)

A similitude com “a literatura” se impõe aqui: ela também se nutre de conhecimentos que poderíamos dizer positivos, mas que, no mesmo movimento em que ela os coloca, eles são postos a serviço de uma exigência mais elevada, que lhes dá sentido. Há, no entanto, uma diferença importante entre os departamentos de teologia e os “de literatura”: a teologia assume o seu estatuto fundamentalmente hermenêutico – a soberania “do sentido espiritual”. Como tal, um teólogo não se pode dizer “pesquisador”, ou, então, ao fazer isso, não se trataria mais de um teólogo, mas sim de um filólogo, sociólogo etc.; em contrapartida, a posição institucional do especialista da literatura o obriga a se dizer pesquisador e, por conseguinte, a não se fixar muito abertamente, pois sua abordagem continua a ser irredutível às ciências humanas e sociais.

Nessas condições, compreende-se que a identidade própria dos estudos literários tradicionais se encontra ameaçada por abordagens tais como as da análise do discurso, que contestam naturalmente o sutil compromisso em que elas repousam. De um ponto de vista institucional, o problema colocado é, então, o de saber se a análise do discurso literário deve encontrar-se fora ou dentro dos departamentos de literatura. Anteriormente, a pergunta não se punha realmente, pois a história literária dificilmente poderia sair do seu papel auxiliar. A

situação tornou-se menos confortável quando se desenvolveu uma sociologia de literatura que pretendia dizer algo sobre a produção das obras. É, em especial, o caso da sociologia dos campos de Pierre Bourdieu. Mas, apesar dos esforços do seu promotor, não chegou a desestabilizar o dispositivo tradicional. Aquilo que se compreende como a sociologia dos campos realiza-se abaixo da análise dos textos e é colocada num dilema sem saída. Seja para fazer-se aceitar pelos literários, ela reconhece que sua abordagem era apenas “uma iluminação” entre outras obras, uma simples “leitura” sociológica e, neste caso, cai na mesma linha, seja para afirmar sua exterioridade e denunciar como mistificador o recinto no qual se fecham os textos, mas ela se condena a permanecer como um saber profano, à porta do recinto sagrado. A análise do discurso literário não é tomada em tal dilema, mas os literários esforçam-se em colocá-la nessa situação; é o que se pode ver nos estudos mais aprofundados quando se opõe “discurso” a “estilo”.

Não insistiremos mais neste ponto, entretanto vamos rapidamente nos voltar para a outra vertente do problema que evocávamos no início do artigo, ou seja, o impacto que o desenvolvimento de uma análise do discurso literário poderia ter sobre a própria teoria da análise do discurso.

A introdução de *corpora* literários na análise do discurso a obriga a preocupar-se muito mais do que anteriormente com perguntas sobre o texto. Quando se trabalha sobre a literatura escrita, o texto não é somente o vestígio de uma atividade enunciativa, mas o produto de uma história geralmente muito rica, um enunciado que geralmente atravessou múltiplos contextos, sofrendo constantes modificações, um objeto de múltiplas culturas... Esta circulação implica que se atribua um papel privilegiado à memória, à diversidade dos suportes materiais, aos modos de divulgação, à diversidade de usos dos textos. Isso é uma situação pouco familiar à análise do discurso; em geral e de preferência, ela se coloca problemas de transcrição, quando se trata de texto oral, e, quando se trata de texto escrito, apreende os enunciados no seu contexto original ou como manifestações de uma situação de comunicação rotineira. Diversas problemáticas são associadas a este deslocamento do interesse para “a textualidade”. Serão evocadas rapidamente duas a seguir:

1 – A de autoria: quando se tem como objeto as obras literárias, não se pode satisfazer-se em raciocinar em termos “de papéis”, como se faz geralmente em análise do discurso. “A autoria” dos textos literários é muito mais complexa. Ela é tomada ao mesmo tempo num excesso de vazio e num excesso plenitude. Um excesso de vazio, pois o texto mobiliza múltiplos atravessamentos e esta tendência se dá apenas no sentido de reforçar as múltiplas reatualizações. Um excesso de plenitude também, pois a singularidade “do autor” é levada aqui ao seu paradoxo, ou seja, este é o ponto em que alguns negam à análise do discurso o direito de tratar das obras literárias, uma vez que estas últimas são *irreducivelmente* singulares.

2 – A dos dispositivos de interpretação: os analistas do discurso têm o hábito de estudar textos que não são dedicados a comentários do tipo hermenêutico. Certamente, qualquer enunciado pode dar lugar a comentários em sentido amplo, geralmente incluindo as interações orais, que sofrem menos coerções, mas, quando se trata de textos literários filosóficos, religiosos, científicos..., a possibilidade do comentário está inscrita em certa medida na própria natureza deste tipo de discurso, e estes comentários obedecem a regras mais ou menos formalizadas que são validadas por certas instituições. É necessário, pois, atribuir lugar essencial a um ponto invisível, o aparelho hermenêutico, as comunidades de comentadores e as suas práticas.

Antes de concluir, gostaria de sublinhar um problema que tem a natureza própria da análise do discurso e sobre o qual o desenvolvimento de uma análise do discurso literário lança uma luz alta: onde localizar uma disciplina que atravessa um grande número de campos disciplinares? Se a análise do discurso literário não se inscreve na mesma lógica das abordagens literárias clássicas e se não existe muitos departamentos de análise do discurso reconhecidos como tal, qual lugar poderá ocupar bem tal domínio de investigação? É provável que diante de uma pergunta também temível a análise do discurso não chegue (não mais do que a semiótica – igualmente nômade) a encontrar facilmente uma resposta.

Referências bibliográficas

Amossy, Ruth et Maingueneau, Dominique (éds). 2003. *L'analyse du discours dans les études littéraires* (Toulouse: Presses Universitaires du Mirail).

Aron, Paul, Saint-Jacques, Denis et Viala, Alain (éds). 2002. *Dictionnaire du littéraire* (Paris: PUF).

Jacques, Francis. 2002. *De la textualité. Pour une textologie générale et comparée* (Paris: Maisonneuve).

Maingueneau, Dominique. 1993. *Le contexte de l'œuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société* (Paris: Dunod). Tradução brasileira *O contexto da obra literária*. 1 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. 2004. *Le discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation* (Paris: Colin). *Discurso literário*. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. 2006. *Contre Saint-Proust ou la fin de la Littérature* (Paris: Belin).

Tradução:

**Roberto Leiser Baronas – PPGL/CNPQ/Gercad- UFSCar
& Samuel Ponsoni – Gercad – UFSCar/ Fapesp processo 2009/04675-7**

[1] *Le contexte de l'œuvre littéraire* (1993), *Le discours littéraire* (2004), *Contre Saint-Proust* (2006). *N.T.: Essas obras encontram-se disponíveis com a tradução em língua portuguesa, nomeadas respectivamente *O contexto da obra literária*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995 e *Discurso literário*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

[2] "A análise do discurso: um divisor de águas nos estudos literários?". Essas discussões foram publicadas em 2003 sob o título *A análise do discurso nos estudos literários*. O texto da mesa-redonda está nas páginas 323-348.

[3] Stylistique, poétique et analyse du discours. In: *L'analyse du discours dans les études littéraires*, 2003, p. 343.

[4] La question du style. In: *L'analyse du discours dans les études littéraires*, 2003, p. 338.

[5] Este nome foi oficializado com a publicação do *Dictionnaire du littéraire*, 2002.

Todos os textos publicados podem ser livremente reproduzidos, desde que sem fins lucrativos, em sua versão integral e com a correta menção ao nome do autor e ao endereço deste site (www.letras.ufscar.br/linguasagem).

Siga a @linguasagem no Twitter

o que é isso?